

A Independência do Brasil na Bahia e o Surgimento do Exército Imperial Brasileiro

Lucas Cerqueira Viana Pio¹

RESUMO: A independência do Brasil comemora em 2022 o seu bicentenário da proclamação. Contudo, mesmo após o brado de D. Pedro às margens do riacho Ipiranga, diversos conflitos no campo político, social, econômico e, principalmente, militar foram travados. Um desses conflitos bélicos, pós emancipação, foi a guerra ocorrida na Bahia. Esse trabalho tem como objetivo conhecer a relevância da Guerra de Independência na Bahia, entre 1822 e 1823, a importância desse conflito para a emancipação política do país e concomitantemente relacioná-lo ao início da formação do Exército Imperial Brasileiro. Utilizando-se de estudo bibliográfico, coleta de dados em fontes confiáveis, entrevista com especialistas e análise acurada dos resultados, buscou-se o estado da arte sobre o tema, o que gerou um trabalho analítico-objetivo, e por fim, um produto através da confecção de quadro-resumo sobre os princípios de guerra utilizados na Batalha de Pirajá, em 8 de novembro de 1822.

Palavras-chave: Independência do Brasil, Bicentenário, Bahia, Guerra, Exército Imperial Brasileiro

ABSTRACT: Brazil's independence celebrates in 2022 its bicentenary of the proclamation. However, even after the cry of D. Pedro on the banks of the Ipiranga stream, several conflicts in the political, social, economic and, mainly, military fields were fought. One of those war conflicts, after emancipation, was the war happened in Bahia. This work aims to understand the relevance of the War of Independence in Bahia, between 1822 and 1823, the importance of this conflict for the political emancipation of the country and, at the same time, relate it to the beginning of the formation of the Brazilian Imperial Army. Using a bibliographic study, data collection from reliable sources, interviews with experts and an accurate analysis of the results, we sought the state of the art on the subject, which generated an analytical-objective work, and finally, a product through the making of a summary table on the principles of war used in the Battle of Pirajá, on November 8, 1822.

Keyword: Independence of Brazil, Bicentennial, Bahia, War, Imperial Brazilian Army

¹ Bacharel em Ciências Militares (AMAN, Infantaria, 2009), Licenciatura em História (UniCesumar, 2018), Pós-graduação em Psicopedagogia, (Unicesumar/Positivo, 2019), Mestrado em Ciências Militares com Ênfase em Gestão Operacional (EsAO, 2020), MBA em Relações Internacionais (Universidade Cruzeiro do Sul, 2022), Integrante da Rede Hermes (Pesquisadores Internacionais de Fronteiras, Integração e Conflitos).

INTRODUÇÃO

A independência do Brasil, proclamada por D. Pedro em 7 de setembro de 1822, foi um processo de intensas agitações políticas, sociais e econômicas tanto para Portugal quanto para a colônia brasileira. Fatos ocorridos na América do Norte (independência dos Estados Unidos), na América Latina (independência de diversas colônias europeias na América a partir do século XIX) e na Europa (Revolução Francesa, guerras napoleônicas e o contexto político de Portugal), desaguararam para que o Brasil buscasse a sua emancipação da metrópole lusitana.

Contudo, foi a partir da chegada da Coroa portuguesa em solo brasileiro, no ano de 1808, que o panorama motivador regional para a independência brasileira foi canalizado para a sua proclamação.

Infelizmente o grito de independência bradado por dom Pedro às margens do riacho Ipiranga não efetivou o fim da interferência portuguesa no Brasil. Ocorreu, ainda, em diversas províncias (Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina) escaramuças e combates, entre brasileiros e lusitanos, para que se consolidasse o território nacional como império independente de Portugal.

Na Bahia, região especificamente importante para a manutenção da influência portuguesa no Brasil, os combates geraram entre mil e dois mil mortos e ficaram conhecidos na historiografia como “guerra de independência na Bahia”. Ocorrida entre 1822 e 1823, chegou ao seu fim com a expulsão do exército português pelo porto de Salvador e fez surgir nesse contexto o Exército Pacificador, então embrião do Exército Imperial Brasileiro. Segundo Monteiro (1981) “a independência, que doada em paz a quase todo o Brasil, só à Bahia e ao Maranhão custara tanto sangue”.

O Exército Pacificador, e posteriormente o Exército Imperial Brasileiro, surgiu em decorrência dos desmandos do general Madeira de Melo na capital da província da Bahia. O militar português, por ordem das Cortes Gerais de Lisboa, assumiu o controle das forças lusitanas na Bahia em 1821 com o intuito de acabar com todo e qualquer foco de revolução para a independência do Brasil. Entretanto, sua nomeação não foi bem recebida pelos baianos, o que levou Madeira de Melo, através do seu exército, usar da violência descabida para impor as ordens recebidas da metrópole.

Após os arrochos sociais cometidos pelo exército português que levaram a pilhagem e mortes na capital baiana, os soteropolitanos fugiram para o recôncavo baiano e nessa região começou o fomento de uma pequena força, ainda muito insipiente, para a retomada de Salvador e deposição do general português. Assim, em uma primeira fase, chamada de regional, nasceu o Exército Pacificador, composto inicialmente pelo povo baiano (homens e mulheres humildes, negros, índios e brancos afeitos a causa brasileira) e apoiado por senhores de engenhos do recôncavo.

Em uma segunda fase, o Exército Pacificador um pouco mais organizado taticamente no teatro de operações da Bahia, recebeu investimentos de boa parte da província brasileira, inclusive voluntários. Nessa formação, D. Pedro I autorizou a contratação de mercenários de grande valor militar, como o general francês Pierre Labatut, para o comando do Exército Brasileiro e do Lord escocês Thomas Cochrane (que chegaria à Bahia com a esquadra brasileira somente em abril de 1823).

Com o Exército Pacificador melhor organizado, ocorreu em 8 de novembro de 1822 a Batalha de Pirajá, importante combate em Salvador que mudou a situação defensiva brasileira para a ofensiva, ante o exército português. Tal inversão da manobra foi o ponto crucial para que as tropas lusitanas fossem

expulsas da Bahia em 2 de julho de 1823, influenciando a concretização da independência do Brasil.

Não obstante a importância da guerra de independência na Bahia para a emancipação política, social e econômica do Brasil, os combates naquela província marcaram de forma profunda a formação do Exército Imperial Brasileiro. Pode-se destacar que os combates na Bahia, além de fazer nascer o Exército Pacificador (embrião do Exército Brasileiro), foi marcado pelo surgimento de diversas personalidades militares e civis que entraram para a historiografia nacional e mundial em decorrência dos seus feitos. Tem-se o exemplo de: Maria Quitéria, Joana Angélica, cabo corneteiro Lopes, a ilhoa Maria Felipa, o soldado-tambor Soledade, Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Joaquim Marques de Lisboa (Almirante Tamandaré), dentre tantas outras.

Destaca-se assim nesse estudo, amparado por diretrizes do Exército² e culminando em 2022 no bicentenário da emancipação brasileira, a importância das guerras de independência na Bahia (1822 – 1823) para a concretização da Independência do Brasil e também para a formação do Exército Imperial Brasileiro.

A Dialética Historiográfica Sobre as Guerras de Independência na Bahia

Muito se discute, ainda hoje, qual o peso ou relevância das guerras de independência na Bahia para a concretização da independência do Brasil. Muitos autores, com obras consagradas, afirmam que tais combates foram fundamentais para a emancipação política de Portugal, como: Amaral (1957), em “Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional”; Marques (1977), em “Ensaio Histórico sobre a Independência”; e Monteiro (1981), em “História do Império - A elaboração da independência”. No entanto, outros autores, também renomados, divergem daquela ideia e escrevem que a guerra na Bahia foi uma pequena escaramuça regional ante a tentativa de continuação da dominação portuguesa após 1822, corroboram com essa ideia, tem-se: Oliveira Lima (1972), com seu livro “O movimento da independência”; e também Rodrigues (2002), na sua obra “Independência: Revolução e Contra-Revolução”.

É importante ressaltar que para entender a importância dos combates travados na Bahia, dentro do espectro da independência nacional, a narrativa vitoriosa da Coroa portuguesa suplantou a pouca literatura que os brasileiros produziram sobre o assunto. Tal fato, dentre outros motivos, é motivada por haver, até a data da independência do Brasil, os oficiais de alta patente em território brasileiro, somente militares portugueses, com exceção de poucos nacionais, como o Marechal Xavier José Curado, natural do Goiás, que assentou praça como soldado, em 1767. Dessa maneira, militares brasileiros, antes de 1822, alcançavam no máximo o posto de capitão, com raras exceções.

Assim como os altos postos das forças armadas lusitanas sendo ocupados em grande parte por portugueses, a literatura e o saber da ainda colônia brasileira estavam concentrados, também, nas mãos dos letrados do velho mundo. Isso fez com que boa parte dos documentos primários exaltasse os feitos

² Plano Estratégico do Exército 2020 – 2023 (EB 10-P-01.007). | “Diretriz de Educação e Cultura do Exército Brasileiro” (2016-2022) (EB20D-01.031), publicado no Boletim do Exército, nº. 6, de 2016.

das tropas lusitanas. Dessa forma, a historiografia das lutas da guerra de independência na Bahia é baseada na dialética de teses e antíteses, o que engrandeceu a profundidade do respectivo trabalho.

1. Antecedentes Políticos, Econômicos e Sociais da Independência do Brasil

Diversos foram os antecedentes que permearam a independência do Brasil. Fatores externos e externos à província foram “costurados à colcha de retalhos” que tiveram como fim a expulsão dos portugueses da Bahia, em 2 de julho de 1823, quais foram: 1) Independência dos Estados Unidos, em 1776; 2) Revolução Francesa, em 1796; 3) Ascensão de Napoleão Bonaparte como líder militar e político na França, a partir da Revolução Francesa; 4) Conspirações e revoluções internas no Brasil, desde a Inconfidência Mineira (1789), passando pela Conjuração Carioca (1794), Conjuração Baiana (1798), Conspiração dos Suaçunas - PE, 1801 e a Revolução Pernambucana, em 1817; 5) Invasão Napoleônica na Península Ibérica, em 1807; 6) A fuga da família Real para o Brasil, entre 1807-1808; 7) Medidas políticas, sociais e econômicas tomadas por D. João VI em solo brasileiro, a partir de 1808; 8) A revolução do Porto e o retorno de dom João VI a Portugal, entre 1820 e 1821; e 9) O Dia do Fico e proclamação da independência do Brasil, em 1822.

2. Os Antecedentes Políticos e Sociais da Guerra de Independência na Bahia

Para a independência do Brasil ser estabelecida e concretizada, diversos conflitos ocorreram no território nacional, cabe ressaltar os antecedentes políticos e sociais da guerra de independência que se desenvolveram especificamente na Bahia, que foram: 1) A revolução constitucional da Bahia, em 1821; 2) A polêmica questão da nomeação do general português Madeira de Melo para o comando das armas na Bahia, em 1821; 3) Os primeiros choques entre brasileiros e portugueses, em Salvador, em fevereiro de 1822; 4) A preparação do general Madeira de Melo para a restauração da Bahia e a consequente fuga dos baianos para o recôncavo, iniciando assim a primeira fase da guerra na Bahia, chamada de “fase regional”.

3. 25 de Junho de 1822, O Início da Guerra de Independência na Bahia – 1ª Fase da Guerra (Fase Regional)

O início da guerra na Bahia ocorreu com uma intensa mobilização dos baianos no recôncavo. Apoiados por ricos senhores de engenhos e gente de toda espécie, o Exército Pacificador foi formado nas cidades de Cachoeira, São Félix e Santo Amaro, após uma escuna militar portuguesa provocar a morte de brasileiros que aclamavam o príncipe D. Pedro como “defensor perpétuo do Brasil”. Nesse ínterim de confronto, gente de toda ordem se mobilizou e constituiu diversos batalhões para a retomada de Salvador e do recôncavo da dominação lusitana. Destaca-se a voluntária Maria Quitéria, que lutou tanto no recôncavo quanto em Salvador.

4. A Escolha do General Pierre Labatut para o Comando do Exército Brasileiro e do Lord Thomas Cochrane para o Comando da Marinha de Guerra Brasileira

Ainda muito insipiente, o Exército Pacificador, após algumas vitórias na região do recôncavo baiano, precisava de apoio de D. Pedro para fomentar uma revolução maior, com o intuito de retomar a capital de Bahia. Objetivando melhorar as condições técnicas e táticas do recém-criado exército popular no Brasil, o futuro imperador resolveu investir adquirindo material, armamento e suprimento, e também, na contratação de mercenários estrangeiros, como o general Francês Pierre Labatut para o comando do Exército Pacificador e do almirante escocês Lord Thomas Cochrane, para o comando da armada brasileira.

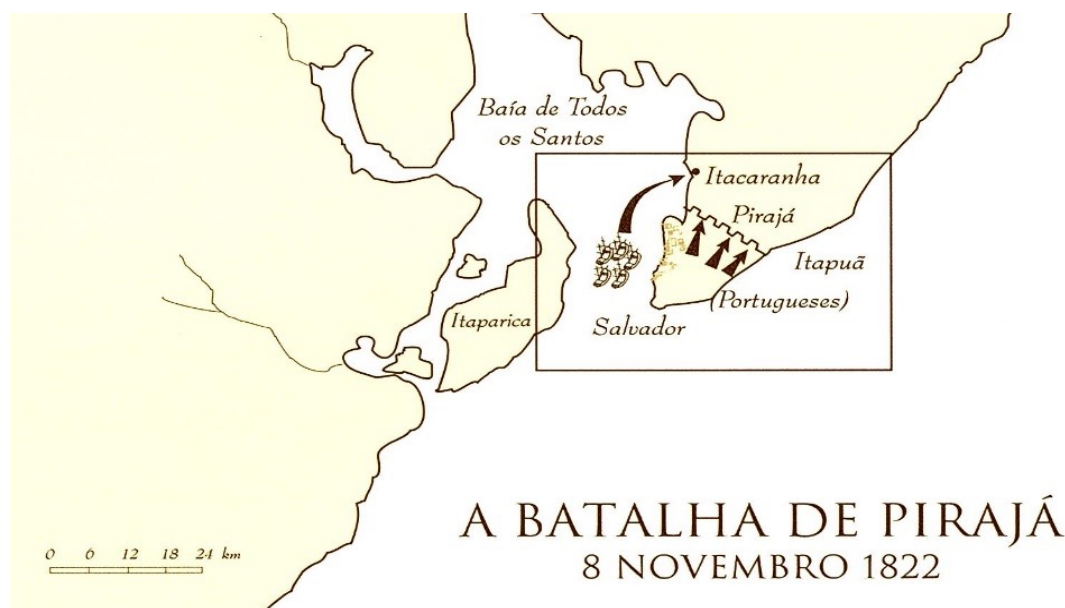
5. O Sítio à Salvador e o Teatro de Oerações – 2ª Fase da Guerra (Fase Nacional)

A nomeação do general Labatut e o conseqüente aumento da capacidade de combate e a elevação do moral das tropas pacificadoras, dá-se início, em outubro de 1822, a “fase nacional” da batalha na Bahia. Essa fase foi marcada pelo aumento efetivo das tropas brasileiras (chegadas de apoio diversas províncias, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco), pela chegada dos mercenários contratados e também pelo investimento maciço na logística do exército (armas, munição, suprimento médico, fardas, carretas de boi e dinheiro).

A partir de outubro de 1822, quando percebeu a tentativa de isolamento de Salvador em que o Exército Pacificador impunha às tropas portuguesas, o general português Madeira de Melo tentou uma grande manobra ofensiva para reestabelecer seu fluxo de suprimentos (interrompido pela linha defensiva brasileira que se estendia desde Cabrito – Pirajá até a região de Itapuã, com cerca de 17 quilômetros), e impedir que as forças brasileiras conseguissem isolar os lusitanos na península caracterizada pela capital da província. Esse encontro e confronto entre tropas brasileiras e lusitanas se deu em 8 de novembro de 1822 e entrou na historiografia como a Batalha de Pirajá.

Vale destacar que a Batalha de Pirajá³ é considerada por muitos autores, como o centro de gravidade que mudou a atitude defensiva do Exército Pacificador para a atitude ofensiva, o que gerou nas ações futuras a pressão sobre as tropas portuguesas e a conseqüente expulsão de Madeira de Melo junto com seu exército, pelo porto de Salvador em julho de 1823.

³ Na Batalha de Pirajá, destaca-se a história do cabo cometeiro Lopes, que por um errôneo toque de corneta fez a tropa portuguesa parar o seu ataque e retirar-se para a retaguarda, situação essa aproveitada pelo Exército Pacificador em uma curta perseguição.



A Batalha de Pirajá - Fonte: Carvalho (1998)

Outras tentativas de romper o cerco brasileiro ocorreram entre 1822 e 1823, inclusive na ilha de Itaparica, onde o almirante Lord Cochrane, liderando a também recém-criada esquadra brasileira, efetuou diversos ataques à força naval lusitana, incapacitando e impedindo os portugueses de contrapor as batalhas na baía de Todos os Santos.

6. A Iniciativa Final do Coronel Lima e Silva e do Almirante Cochrane Contra as Forças Portuguesas - 3ª Fase da Guerra

Em maio de 1823, após conjecturas sobre a legitimidade de Labatut à frente do Exército Pacificador, o coronel (Cel) Lima e Silva (tio do Duque de Caxias), assumiu o comando das tropas, depôs e prendeu o general francês. Dá-se início ao arrocho final da guerra para a expulsão dos portugueses (terceira fase).

Cada vez com menos espaço para manobras, com o exército muito desgastado e com o fluxo logístico cortado quase que totalmente, o Cel Lima e Silva impunha ao general Madeira de Melo a retirada das tropas lusitanas no início de julho de 1823.

Finda assim a guerra de independência na Bahia, com a expulsão do exército português, pelo porto de Salvador, em 2 de julho de 1823, pelo Exército Imperial Brasileiro.

7. As Consequências Políticas, Sociais e Militares da Independência da Bahia

Diversas consequências da guerra de independência na Bahia puderam ser analisadas, como por exemplo: 1) O surgimento de diversos heróis durante as agitações na Bahia, como Maria Quitéria, Joana Angélica, cabo corneteiro Lopes, a ilhoa Maria Felipa, o soldado-tambor Soledade, o alferes Luís

Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), o grumete Joaquim Marques de Lisboa (Almirante Tamandaré), dentre outros; 2) Pesadas baixas em decorrência das batalhas por ambos os lados; 3) Perda da capacidade econômica, após as batalhas, dos senhores de engenho do recôncavo baiano por financiarem o Exército Pacificador; 4) Revoltas por parte dos “escravos-soldados” devido à insatisfação por não serem alforriados depois dos conflitos pela independência.

8. Organização do Exército Luso-Brasileiro até 1822

É de suma importância o estudo da organização do exército português antes da independência do Brasil. A sua formação, modelo, regras e composição foram características que moldam, até certo ponto, o Exército Brasileiro de hoje.

Desde a chegada dos portugueses no Brasil, a coroa lusitana sempre esteve presente nas terras coloniais através do seu braço religioso, com os jesuítas (até sua expulsão em 1759), e com o poderio militar. Essas duas instituições do Estado português foram capazes de controlar e evitar diversas revoltas, através da conversão do gentio, com os jesuítas, ou com uso da força, através das armas.

O sistema de administração do Brasil, no início da sua formação, foi o estabelecimento de sesmarias, doações de terras a partir do ano de 1500, capitanias hereditárias em 1534, e governos gerais em 1548. As capitanias hereditárias somente foram extintas em 28 de fevereiro de 1821 dando lugar às províncias.

Até o início do século XVII a organização militar brasileira era composta por efetivos de gente a pé, à cavalo e algumas poucas peças de artilharia nas principais províncias da colônia, vale destacar: Salvador, Rio de Janeiro, São Vicente, Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Pará. Esses efetivos buscavam basicamente repelir as invasões estrangeiras que sempre se faziam presente no litoral do Brasil.

Embora fraca, durante as invasões holandesas no Brasil (1624 – 1630), a força terrestre brasileira se baseou em uma estrutura militar formada por princípios e valores que a transformou em um grupo de combate eficiente. Ora formada por companhias (organização militar portuguesa), ora formada por terços (influência da organização militar espanhola), o Brasil começava a receber, em meados do século XVII, mais tropas regulares (1ª linha) para fazer frente às constantes ameaças e organizava as tropas de 2ª linha e as de 3ª linha, também chamadas de ordenanças.

As forças compunham-se de modo geral de tropas de primeira linha, de milícias e de corpo de ordenanças. De primeira linha eram vindas do Reino, completadas por brasileiros. As tropas de segunda linha tinham características mais civis do que militares. O arrolamento do pessoal era feito em base territorial (freguesia) e através de diversas categorias da população. [...]. As ordenanças (terceira linha) eram formadas com o restante da população não enquadradas nas outras categorias. Não havia, na verdade, recrutamento, mas um arrolamento para eventual emprego, em casos de necessidade. (CARVALHO, 1998, p. 194).

Basicamente, a diferença das tropas de 1ª, 2ª e 3ª linha se estabeleciam nos seus empregos táticos. Daróz (2013) explica que as tropas de 1ª linha tinham a função de defender o território contra-ataques

externos e tinham a mobilidade de se deslocarem para o interior, se fosse o caso. As tropas de 2ª linha tinham a missão de manter a segurança interna do território e eram as reservas das tropas de 1ª linha. Já as de 3ª linha tinham como atribuição manter a segurança local e não eram deslocadas para distâncias grandes da sua sede.

Nó século XVIII, o exército luso-brasileiro sofreu diversas transformações através das ordens emanadas pelo o Marquês de Pombal⁴ (1699 – 1782) e por Frederico Guilherme Ernesto de Eschaumburgo-Lipa⁵ (1724 – 1777), conhecido como Conde da Lipa (ou Conde de Lippe), para reorganizar o exército português segundo os moldes prussianos. Essa reorganização, para o Brasil contou com o apoio do tenente-general João Henrique Bohm (1708 – 1783), que desenvolveu importantes atividades para tentar organizar as tropas luso-brasileiras, como reformas nas estruturas das defesas das cidades, modernizou e ampliou a Casa do Trem (Academia Militar, precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras), fundou o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1764), criou a primeira Companhia de Cavalaria de Guardas dos Vice-Reis (posteriormente ampliado e transformado no Regimento de Cavalaria de Guarda, em 1808, por D. João VI). Nessa época também foi instituída a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792), no Rio de Janeiro, dentre diversas outras medidas que impactaram a profissionalização da principiante força terrestre.

9. As Guerras de Independência do Brasil em Outras Províncias

No escopo da independência do Brasil, destacam-se outros conflitos em território brasileiro que merecem atenção da historiográfica, foram eles: conflito no Piauí (batalha de Jenipapo – 1823), conflitos no Maranhão (1823), no Pará (1823) e na Cisplatina (1825). Dessa maneira, percebe-se que não somente a Bahia possuía rusgas e descontentamentos contra os portugueses, ainda intolerante à independência do Brasil. Por exemplo, no Piauí, na batalha de Jenipapo, ocorrida em março de 1823, relata-se mais de 300 mortos entre brasileiros e portugueses.

Resultados e Discussões

1. A Relevância entre a Guerra de Independência na Bahia e a Concretização de Independência do Brasil

Certamente as lutas de independência que ocorreram na Bahia foram marcantes para a sua população, pois, até hoje, a comemoração no dia 2 de julho (data de expulsão dos portugueses pelo

⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), também conhecido como Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, foi um nobre, diplomata e político português. Foi secretário de estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750 – 1777). A ele se deve diversas reformas econômicas, administrativas e sociais, como por exemplo o fim da escravidão em Portugal (geográfico), em 1761.

⁵ Conde de Lippe escreveu e organizou uma obra intitulada: Regulamento para o Exército e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelíssima (1763). Tal obra contém 27 capítulos e foi uma das principais bases filosóficas do recém-criado Exército Imperial Brasileiro, e que também transcendeu para o Exército Brasileiro na república. A obra contém regulamentos sobre: organização, serviços gerais (interno e externo), paradas, evoluções, diretivas para instrução, manejo de armas de fogo, conselhos de guerra, castigos (disciplina), lei de promoções, licenças, material bélico, soldos, etc. Conde de Lippe ainda escreveu outras obras, tais como: 1) Instruções gerais relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o exército; 2) Atribuições gerais de oficiais de todos os postos, serviços administrativo dos corpos de tropa, marchas, dos destacamentos, etc.; 3) Problemas militares, dentre outros títulos.

Exército Pacificador), que ocorre anualmente, é uma das festas populares mais marcantes na sociedade, não somente soteropolitana, mas também baiana.

A importância de Salvador e da Bahia para a concretização da independência do Brasil é notória entre diversos autores. Alguns pontos geopolíticos, sociais, econômicos e táticos podem enfatizar o que Tobias Monteiro (1981) revela em seu pensamento que “A resistência baiana decidiu a unidade nacional”.

No campo geopolítico brasileiro, o destaque para a Bahia começou a se formar desde o descobrimento do Brasil, quando Salvador foi escolhida para ser a capital da nova colônia portuguesa. Devida à sua proteção geológica natural (cidade alta e cidade baixa), a frente da principal cidade (Salvador) possui uma baía de águas calmas e seguras taticamente e ser uma região localizada entre a parte norte e sul-sudeste do Brasil, a capitania (e depois província) da Bahia era um local estratégico para Lisboa assegurar sua colônia e ao mesmo tempo entranhar a presença do Estado português. Com a mudança da capital (1763) da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro e com a chegada da família Real no Brasil (1808), a Bahia perdeu a visibilidade que outrora possuía e sua importância política ficou cada vez mais diminuta. Esse fato gerou insatisfação no povo baiano, apesar da abertura dos portos às nações amigas ter estimulado a economia da região.

Outro ponto, que sustenta a ideia de que a Bahia foi a região que mais favoreceu a concretização da independência após suas lutas, diz respeito ao seu aspecto social. Sabe-se que Salvador era a cidade mais populosa do Brasil no ano da chegada da família Real portuguesa. Alguns autores como Southey (1819) confirmam que, no início do século XIX, a população de Salvador era em torno de 100 mil pessoas. Os viajantes bávaros Spix e Martius (1940) corroboram a grande diferença populacional entre Rio de Janeiro e a capital da província da Bahia ao sinalizarem que, até 1808, a atual capital fluminense possuía uma população de, aproximadamente, 50 mil pessoas. Essa concentração de pessoas gerou uma boa oferta de voluntários para incorporarem inicialmente no Exército Pacificador. Outro fator social importante, que deu base para que a Bahia fosse o centro da reação nativista brasileira durante a independência do Brasil, gira em torno da oferta de escravos e ex-escravos (negros libertos) que gravitavam por Salvador e pelo recôncavo baiano. Ao criar os batalhões de negros libertos, Labatut incentivou a incorporação de ex-escravos (e muitas vezes de escravos cedidos pelos seus donos) para a causa das lutas pela independência.

Concomitante aos aspectos sociais, a economia local foi outro ponto que deu suporte para que as batalhas pela independência na Bahia fossem, de fato, mais abrangentes e robustas na região.

A Bahia sempre esteve, juntamente com as capitanias/províncias de Pernambuco, São Vicente e Minas Gerais, à frente da produção agropecuária do Brasil durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Segundo estudo de Alcoforado (2003), a economia da então capitania da Bahia começou com a penetração em sentido ao interior da região a partir da cidade de Salvador, em 1558, com a destruição da comunidade indígena existente no recôncavo, seguida da criação de gado e da ação das missões religiosas da Companhia de Jesus, pacificando os índios para facilitar o trabalho de ocupação das terras da capitania. Alcoforado (2003) destaca, ainda, que a principal característica da economia que o europeu levou e desenvolveu na Bahia foi a de ser voltada para o mercado externo.

Ao acompanhar o pensamento de Alcoforado (2003) e de diversos outros autores que relatam

sobre a evolução da economia baiana durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, percebe-se que a agropecuária e o comércio da Bahia estavam sob o controle majoritário dos cidadãos portugueses, principalmente durante o início do século XIX, sendo, dessa forma, as grandes fortunas da região estando nas posses dos senhores brancos. Esse fator da concentração da riqueza estar detida sob domínio lusitano reforçou a imposição do poder político que Portugal sempre exerceu ao povo baiano desde o achamento do Brasil.

Esse arrocho político-administrativo-econômico que os portugueses exerciam sobre a província da Bahia, inflou cada vez mais o âmago dos baianos contra a opressão e a diferenciação entre brasileiros e lusitanos. Fato esse (liberdade econômica local) que também é um importante indicativo do porquê das batalhas pela independência na Bahia serem tão carregadas de patriotismo e vigor social. Esse fato justifica que as lutas em terra baianas tenham sido tão importantes para o estopim da expulsão das forças portuguesas e para a concretização da emancipação do Brasil naquelas terras.

Outro importante fator da análise das lutas de independência no Brasil terem sido tão marcantes ao povo baiano, como também terem entrado para a historiografia como as batalhas que concretizaram a emancipação política da antiga colônia portuguesa, recai sobre as circunstâncias táticas e doutrinárias dos combates ocorridos na Bahia. Dessa forma, foi-se necessária a identificação de alguns princípios de guerra evidenciados durante os embates entre as tropas pacifistas e as lusitanas.

Foi confeccionado nesse artigo um quadro-resumo com alguns princípios de guerra evidenciados pelas tropas brasileiras e portuguesas nas lutas pela independência na Bahia. Cabe ressaltar que a doutrina de guerra da maioria dos exércitos mundiais, apesar de evoluir naturalmente devido as novas táticas, técnicas e materiais, tem a sua filosofia praticamente a mesma desde o surgimento de Napoleão Bonaparte nas campanhas da Europa. Para isso, foi utilizado como comparativo para esse diálogo (princípios de guerras atuais X características observadas nos combates da Bahia), o manual do Exército Brasileiro vigente no momento (EB 20-MF-10.102 – Manual de Fundamentos – Doutrina Militar Terrestre - 2ª Edição – 2019).

Para a confecção desse produto, evidenciou-se nos combates da Bahia os seguintes princípios de guerra:

- 1) Objetivo;
- 2) Ofensiva;
- 3) Simplicidade;
- 4) Surpresa;
- 5) Segurança;
- 6) Economia de forças ou meios;
- 7) Massa; 8) Manobra;
- 9) Moral;
- 10) Exploração;
- 11) Unidade de comando.

Princípio de Guerra	Definição do Manual Doutrina Militar Terrestre	Características Observadas nas Batalhas da Bahis
Objetivo	Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e tangível. Persevere nele sem que outras circunstâncias da guerra façam perdê-lo de vista. (2019, p. 5-2)	Exército Pacificador - Logo no início do cerco à Bahia pelas tropas brasileiras, o general Labatut planejou que a sua manobra consistiria em uma linha defensiva que impediria o acesso das tropas portuguesas para o norte, pela estrada das Boiadas. Dessa forma, Labatut conseguiu limitar a ação ofensiva dos lusitanos, impedir seu ressurgimento por terra e cada vez mais avançar a linha defensiva em sentido ao porto de Salvador, o que culminou, em 22 de julho de 1823, na retirada das tropas do general Madeira de Melo por esse porto.
Ofensiva	Pela ofensiva conquiste, mantenha e explore a maior iniciativa das ações para obter resultados decisivos. (2019, p.5-3).	Exército Pacificador - Após o difícil combate e a quase conquista da região (capital de defesa) de Pirajá e Cabrito pelas tropas portuguesas e, concomitante, com o erro do corneteiro Cb Lopes, o Exército Pacificador inverteu seu tipo de manobra de defensiva (cerco) para a ofensiva (ataque de oportunidade), conseguiu deter e contra-atacar o avanço lusitano e manteve a linha de cerco em sua posição, causando baixas nas tropas lusitanas e expulsando-as daquela região.
Simplicidade	Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento, estabelecendo uma relação de comando clara, direta e ininterrupta. (2019, p.5-3).	Exército Pacificador – A manobra do general Labatut para o cerco de Salvador era simples: estabelecer uma linha defensiva, com cerca de 17 quilômetros, que ligava Pirajá até Itapuã, com o intuito de desgastar o inimigo e negar-lhe o acesso ao suprimento necessário para a continuação das suas operações. Após esse corte no fluxo logístico inimigo, Labatut avançaria com sua linha em direção à península de Salvador (região do porto), local onde os lusitanos se retiraram em julho de 1823. As manobras do Lord Cochrane ajudaram na simplicidade das ações do Exército Pacificador ao também restringir as iniciativas ofensivas da armada e o recebimento de suprimentos do Exército Português pelo mar.
Supresa	Empregue a força para atingir o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado. (2019, p.5-3).	Exército Português – Em 8 de novembro de 1822, o general Madeira de Melo resolveu realizar uma ofensiva empregando homens atacando por terra e, ao mesmo tempo, flanqueando as forças de Labatut utilizando o mar (frota naval portuguesa). Para essa manobra, Madeira de Melo esperava realizar um ataque surpresa pelo flanco vulnerável brasileiro para conquistar a região de Pirajá e Cabrito (QG do Exército Pacificador). Com esse movimento, as tropas portuguesas chegaram a alcançar a região, porém, após o errôneo toque de corneta do Cb Lopes, as tropas lusitanas recuaram.
Segurança	Nunca permita que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada, negando-lhe o uso da surpresa. (2019, p. 5-3).	Exército Pacificador – Em 7 de janeiro de 1823, após serem alertados e preparados para um ataque da frota naval portuguesa, a guarnição dos fortes da Ilha de Itaparica conseguiu rechazar os lusitanos empregando o fogo de artilharia de costa e também com combates aproximados no solo. Essa aviso prévio sobre o ataque estabeleceu a segurança eficaz na defesa e fez com que os ilhéus impedissem a tomada da ilha pelos portugueses para que reorganizassem a sua logística.
Economia de forças ou meios	Empregue todo o poder de combate disponível, de maneira mais eficaz possível, destine o indispensável de poder de combate para as ações secundárias (2019, p.5-3).	Exército Pacificador – Assim que assumiu o comando das tropas brasileiras, o general Labatut reorganizou as forças locais e estabeleceu linhas defensivas ao norte de Salvador. A maioria dos homens de que ele dispunha, naquele momento inicial, nessas linhas, cerca de 1.000, foi empregada junto à região capital de defesa da cidade (Pirajá e Cabrito) e por onde era o principal eixo de suprimento do Exército Português (estrada das Boiadas). Já no outro extremo da linha defensiva (Itapuã), Labatut disponibilizou cerca de 300 homens, uma vez que a região tinha pouco valor estratégico para os lusitanos.

Massa	Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate (2019, p.5-4).	Exército Pacificador - Em 3 de julho de 1823, o coronel Lima e Silva empregou mais de 900 homens para irromper a linha defensiva dos portugueses instalada na região de Brotas e Pituba. Constituída de três colunas seguidas, apoiadas por fogos de artilharia e alas de cavalaria, a manobra e a quantidade de homens surtiu efeito e foi quebrada a continuidade da defesa portuguesa.
Manobra	Empregue a força para atingir o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado. (2019, p.5-3).	Exército Pacificador - Em 3 de julho de 1823, sob o comando do coronel Lima e Silva, as tropas de infantaria do Exército Pacificador partiram em direção a Brotas e Pituba para romper a linha defensiva montada pelo exército português da seguinte maneira: três colunas de infantaria, apoiadas pelo fogo da artilharia e protegidas nos flancos pela cavalaria. Essa manobra obteve êxito e impôs mais degradação às tropas do general Madeira de Melo.
Moral	A estabilidade moral, coletiva e individual, influenciam diretamente na disciplina, no adestramento, nos riscos correntes dos combates e na liderança das tropas. (2019, p. 5-4).	Exército Pacificador – Após o Exército Pacificador vencer a Batalha de Pirajá contra o adestrado e preparado Exército Português, o moral das tropas brasileiras foi inflamado. Fator esse primordial para o exército do general Labatut acreditar na real possibilidade de expulsão dos portugueses das terras baianas e também para angariar mais homens em meio à população para as lutas.
Exploração	Intensifique as ações ofensivas para ampliar o êxito inicial sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável em determinada situação. (2019, p. 5-4)	Exército Pacificador – Após o erro do toque de corneta do Cb Lopes na Batalha de Pirajá, o Exército Português recuou e começou uma retirada da região. Nesse momento, o Exército Pacificador iniciou uma perseguição aos portugueses atacantes em que, segundo Monteiro (1981, p. 275) relata: “os soldados portugueses, quase a conquistar as alturas do arraial, recuaram, e os soldados brasileiros, aproveitando desse momento, os perseguiram pelas encostas, arremessando-os de volta às praias, onde reembarcaram em desordem”. Nota-se o princípio da exploração durante a retirada dos portugueses e perseguição dos brasileiros.
Unidade de comando	Para cada operação, a obtenção da unidade de comando e unidade de esforços é condição essencial para o êxito (2019, p.5-5).	Exército Pacificador – Ao chegar no Teatro de Operações (TO), uma das primeiras medidas do general Labatut foi unir as tropas do Exército Pacificador sob o seu comando. Para facilitar a hierarquia e a divisão de áreas de responsabilidades do TO, Labatut criou, de imediato, duas divisões: a primeira (oeste) sob chefia do coronel José Barros Falcão de Lacerda e a segunda brigada (leste) sob o comando do coronel Felisberto Caldeira Brandt. Após a chegada do Batalhão do Imperador, uma terceira zona de ação foi criada pelo centro, a comando do coronel Lima e Silva.

Quadro 1: Princípios de Guerra nas lutas pela independência na Bahia.

Fonte: O autor (2022)

2. A Relação entre a Guerra de Independência na Bahia e a Formação do Exército (Imperial) Brasileiro.

Sabe-se que o surgimento do Exército Brasileiro data da primeira batalha de Guararapes/PE, ocorrida em 19 de abril de 1648, inserida no contexto das invasões holandesas.

A palavra pátria, registrada no contexto de Guararapes, refere-se ao sentimento afetivo, cultural e de valores que aqueles habitantes possuíam em relação a sua terra naquele momento de incertezas. Cresce de importância também que a “pátria”, disseminada a partir daqueles conflitos, representava a união para o combate do índio brasileiro, do negro africano e do branco português contra um inimigo comum, os holandeses. A brasilidade das batalhas em Guararapes foi além da afetividade natal e

também ocorreu em um tipo específico de guerrilha em que as “forças brasílicas” atacavam os holandeses de maneira rápida e furtiva, e, após isso, desapareciam nas matas, causando grandes perdas e confusão às tropas holandesas. Esses significados, tanto de pátria como de brasilidade, foram trazidos até os dias atuais e alicerçam a formação social e cultural, não somente do povo brasileiro, mas também das Forças Armadas nacionais e de tantas outras instituições.

Contudo, em 1648, o Brasil era uma colônia de Portugal e bastaria, ainda, cerca de 174 anos para a emancipação política ocorrida em 1822. Destarte, pode-se inferir que o conceito de “pátria” emanado pelos defensores brasileiros em Guararapes ficou restringido somente à afetividade natal e local daqueles bravos homens que expulsaram o invasor estrangeiro. Não se verificou ainda na historiografia brasileira a utilização dos conceitos de Estado e/ou nação nesse mesmo período de Guararapes, pois foi somente em 1822, com a separação efetiva de Portugal, imposta por D. Pedro, que o Brasil se libertou legalmente e pôde, mesmo com todas as dificuldades iniciais, dar os primeiros passos para ser reconhecido hoje como um país soberano.

Nesse processo evolutivo nacional e de maturação para a independência do Brasil, as forças brasileiras sempre estiveram à frente (mesmo de forma precária em algumas situações), juntamente com a política e a diplomacia, para além de fornecerem o apoio da “espada”, também auxiliarem no incremento político necessário.

A história formal e legal do Exército Brasileiro começa a partir do surgimento e da organização do Estado Brasileiro, em 7 de setembro de 1822, como um organismo político internacional e reconhecido em 1825, através do Tratado de Paz, Aliança e Amizade (também chamado de Tratado do Rio de Janeiro ou Tratado Luso-Brasileiro).

Com a chegada da família Real no Brasil, em 1808, e com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, as forças de defesa coloniais foram integradas às portuguesas e modernizadas de certa forma. Pode-se citar a criação de academias militares e quartéis, investimento em armamento e uniformes, publicação de manuais militares e distribuição dos efetivos de 1ª linha pelo território brasileiro. Em 16 de outubro de 1816, através de decreto real, as Forças Independentes do Brasil (Exército e Marinha) foram passadas ao comando supremo de D. Pedro.

Outro importante aspecto para a formação do Exército Imperial Brasileiro foi o apoio que D. Pedro concedeu para as forças nacionais na época da independência. Logo de início, dom Pedro I melhorou as tropas da guarnição do Rio de Janeiro e transferiu forças de São Paulo e Minas Gerais para a capital. Criou, em 23 de setembro de 1822, a Guarda Cívica (força para auxiliar a segurança na capital do império ligada ao Exército Imperial) composta por “gente limpa da cidade do Rio de Janeiro”. Em 1º de dezembro de 1822, através de decreto, o imperador também instituiu a Imperial Guarda de Honra, unidade de elite da cavalaria, ligada diretamente a ele. Para fazer frente às tropas portuguesas do general Madeira de Melo na Bahia, D. Pedro I criou o Batalhão do Imperador, o qual foi destinado a auxiliar a derrotar a tropa lusitana em Salvador e, em seguida, continuar a pacificação de todo o território nacional. A criação do Batalhão do Imperador marca de maneira indelével a primeira organização militar do Exército Brasileiro que surgiu genuinamente a partir do Brasil independente, para fazer frente à resistência portuguesa.

Nesse mesmo ínterim, ressalta-se, que devido às guerras de independência na Bahia, formou-se diversos batalhões patrióticos, aumentando, assim, não somente o prestígio da nascente força terrestre, como também a imagem do Exército Imperial Brasileiro como uma organização militar de defesa da pátria.

Percebe-se que, a partir da guerra de independência na Bahia, D. Pedro I sentiu a necessidade de compor os quadros do novo Exército Imperial Brasileiro de “pessoal brasileiro”, especificamente os militares em função de alto comando, oficiais superiores e generais. Decorrente dessa mudança no quadro do exército, principalmente da oficialidade, começou, concomitantemente, a mudança do pensamento político-militar brasileiro. Nota-se, a partir de 1825, que os militares nacionais, já tendo experimentados diversos combates, muito deles inclusive na independência da Bahia, perceberam que a força terrestre poderia influenciar diversas decisões no Império, assim como foi uma grande influente no fato da abdicação de D. Pedro em 1831.

Percebe-se, nas batalhas da Bahia, outro aspecto importante para a formação do Exército Imperial Brasileiro: foram nesses conflitos, em Salvador e no recôncavo, que surgiram diversas personalidades militares que as Forças Armadas, em especial o Exército, cultuam até os momentos atuais e que, de grande maneira, continuam influenciando os militares de hoje, podendo-se citar: Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que na guerra de Independência da Bahia tinha a função de alferes e porta-estandarte do Batalhão do Imperador, comandado pelo seu tio, o então coronel Lima e Silva.

Reitera-se que foi na província da Bahia que o Exército Imperial Brasileiro, oriundo do Exército Pacificador, teve o seu batismo de fogo, decisivo para a emancipação política do país. Esse fato gerou a manutenção da grande área territorial portuguesa na América do Sul, formando assim o Império do Brasil.

Sob esse foco, a vitória do Exército Imperial Brasileiro, na Bahia, foi extremamente decisiva para a continuidade da integralidade territorial nacional. A vitória do Exército Pacificador evitou a possibilidade de uma fragmentação e divisão das terras brasileiras em duas partes: o Brasil ligado, ainda, à Coroa portuguesa ao norte, com capital em Salvador; e um outro Brasil independente, chefiado por D. Pedro I, ao sul, com sede no Rio de Janeiro.

Conclusão

Concluiu-se, portanto, dois aspectos relacionados às lutas de independência na Bahia: 1) Mesmo a província da Bahia perdendo espaço no cenário político brasileiro para o Rio de Janeiro, a guerras naquela província visando à expulsão dos portugueses, foi fundamental, porém não a única ação, para a concretização da emancipação do novo império; e 2) Verificou-se que, após a formação do Exército Pacificador na Bahia, houve sim um maciço investimento e trabalho de organização das forças terrestres pelo território brasileiro, demonstrando desse modo a importância dos combates na Bahia para a formação do Exército Imperial Brasileiro.

Diante dos fatos pesquisados e evidenciados nesse trabalho, acredita-se que as lutas de independência na Bahia contribuíram de fato e de maneira muito importante para a emancipação política do país, no entanto não foi um fator fundamental e exclusivo para a concretização desse. Levou-se em consideração alguns aspectos para essa reflexão:

a) O processo emancipacionista das antigas colônias europeias ocorreu, temporalmente similar, na maioria dos territórios da América do Sul, como por exemplo: Venezuela (1811), Argentina (1816), Chile (1818), Peru (1821), Equador (1822), dentre diversos outros territórios da região. Percebeu-se que se desenrolava um movimento de independência dessas colônias no mesmo lapso temporal e, invariavelmente, o Brasil também iria se emancipar, provavelmente, nesse mesmo espaço de tempo.

b) Ressaltou-se que, além da Bahia, houve outros diversos combates de vulto, os quais, juntamente com as lutas em Salvador e no recôncavo, “costuraram” a expulsão definitiva do Exército Português do nordeste Brasileiro, podendo-se citar a batalha de Jenipapo, no Piauí, as escaramuças entre brasileiros e portugueses no Maranhão, Pará e na Cisplatina.

c) O pensamento emancipacionista e os planejamentos para realizar essa separação não ocorreram somente na Bahia, mas em todo território nacional. Desde 1789, com a Inconfidência Mineira, até 1817 com a Revolução Pernambucana.

Construiu-se, portanto, a partir do panorama político nacional do século XVIII e XIX, a independência do Brasil, legada a diversos entes regionais, com um grande destaque para a Bahia e a cidade de Salvador.

Referências

ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. 415 f. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) – Universidad de Barcelona. Barcelona, Espanha, 2003.

AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional**. Salvador: EDUFBA/ Editora e Laboratório de Impressão UNEB, 2005.

BRASIL. Estado Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2020 - 2023**. Brasília: Estado Maior do Exército, 2019. Disponível em: Plano Estratégico do Exército 2020/2023 Acesso em: 21 de maio de 2020.

BRASIL. Exército. Estado Maior. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre.2. ed.** Brasília, DF, 2019.

BOBBIO, Norberto. Política. In BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (Editores). **Dicionário de Política**. 5ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord.). **O Exército na História do Brasil**. v. 4, Rio de Janeiro/Salvador: Bibliex/Odebrecht, 1998.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A Milícia em Armas: o Soldado Brasileiro da Guerra de Independência. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 11, p. 33-53, ago. 2013. Disponível em: www.historiamilitar.com.br. Acesso em: 27 de abril 2022.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Movimento da Independência: 1821-1822**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1972.

MARQUES, Xavier. **Ensaio Histórico sobre a Independência**. 2. ed. São Paulo. Brasília: IBRASA, 1977.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: A elaboração da independência**. v. 2, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

PIO, Lucas Cerqueira Viana. **Guerra de Independência na Bahia (1822-1823): Bicentenário do conflito que concretizou a emancipação política do país e marcou o início da formação do Exército (Imperial) Brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Rio de Janeiro, 2020.

PIO, Lucas Cerqueira Viana. **1823: A Independência do Brasil na Bahia e o Surgimento do Exército Imperial Brasileiro**. Rio de Janeiro: Pod, 2022.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. v. 3, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SPIX; J. B. V; MARTIUS, K. F. P. V. **Viagem pelo Brasil von Spix e von Martius - 1817**. Ed. esp. São Paulo: Revista do Arquivo, 1940.